

CIES e-Working Paper N.º 144/2013

“As classificações classificam os classificadores?”
Notas sobre os processos de categorização na construção
de conhecimento sobre os descendentes de imigrantes

Sandra Mateus

CIES e-Working Papers (ISSN 1647-0893)

Av. das Forças Armadas, Edifício ISCTE, 1649-026 LISBOA, PORTUGAL, cies@iscte.pt

Sandra Mateus é socióloga, assistente de investigação no Centro de Investigação e Estudos de Sociologia desde 1999, sobretudo nas áreas da educação, etnicidade e juventude. É doutoranda do Programa de Doutoramento em Sociologia do ISCTE-IUL, desenvolvendo um projeto de tese sobre os processos e dinâmicas de construção das trajetórias escolares e das orientações profissionais de jovens descendentes de imigrantes em Portugal.

Resumo

A utilização de categorias no conhecimento científico não é linear nem isenta de dilemas. Construir conhecimento sobre os jovens descendentes de imigrantes implica, por isso, em primeiro lugar, explicitar o processo de categorização que subentende, percorrendo as suas implicações e explicações. A definição de categorias com base étnica não é uma mera operação técnica, e é influenciada por ideologias, concepções políticas e perspetivas locais. Desenvolve-se, neste *paper*, uma reflexão teórica em torno dos processos de categorização em geral, e dos processos de categorização dos descendentes de imigrantes em particular, procurando compreender algumas das suas tendências, variações, dilemas e limites. Conclui-se pela necessidade de problematização, clarificação, e validação – no sentido de compreensão, contextualização e legitimação – prévia das categorias utilizadas na análise sociológica neste domínio.

Palavras-chave: categorização, classificação, descendentes de imigrantes, segunda geração, etnicidade.

Abstract

The use of categories in scientific knowledge is neither linear nor free of dilemmas. Building knowledge of the children of immigrants thus entails, first, clarifying the categorisation process implied, its implications and explanations. The definition of ethnically-based categories is not a mere technical operation: it is influenced by ideologies, political conceptions and local perspectives. This paper develops a theoretical reflection on the categorisation processes in general, seeking to understand some of their tendencies, variations, dilemmas and limits. It concludes that there is a need for the prior questioning, clarification and validation – in the sense of understanding, contextualisation and legitimation – of the categories used in this area of sociology.

Keywords: classification, categorisation, second generation, children of immigrants, ethnicity.

1. Pensar a construção de conhecimento sobre descendentes de imigrantes

Segundo um recente relatório (Eurostat, e Comissão Europeia, 2011), um terço da população da União Europeia terá, em 2060, pelo menos um progenitor nascido num país terceiro, e uma percentagem ainda maior da força de trabalho será constituída por descendentes de imigrantes. Portes e Zhou, em 1993, num artigo central neste domínio, afirmavam nas suas primeiras linhas que “crescer numa família imigrante foi sempre difícil, já que os indivíduos são assolados por exigências culturais e sociais enquanto enfrentam o desafio de entrar num mundo não familiar e frequentemente hostil” (Portes e Zhou, 1993: 75). O tom pessimista da afirmação inscreve-se numa tendência comum que atravessa a perceção pública mediática, e em boa medida também a científica, que têm estes jovens como objeto: um certo “pânico moral” relativo à possibilidade de não integração, ou recusa de assimilação, por parte dos descendentes de imigrantes, através de um olhar assente nas competências e nos recursos em défice.

Na opinião pública e na imprensa, os distúrbios ocorridos no Reino Unido em 2001, em Paris em 2005, ou em Londres em 2011, à semelhança do alegado “arrastão” na praia de Carcavelos em 2005, trouxeram a debate a presença destes jovens nas sociedades europeias, as suas condições de integração e os processos de discriminação a que são sujeitos. No domínio científico, Perlmann e Waldinger afirmavam, em 1997, estar a agenda de investigação nas migrações a alterar-se lentamente dos recém-chegados para os seus filhos – e, entre estes, aqueles em maior vulnerabilidade e dificuldade estrutural, os *headed for trouble*, que constituem e alimentam a “problemática das segundas gerações” nas ciências sociais.

Porém, os descendentes de imigrantes não se incluem todos, nem sequer a maioria, neste grupo em dificuldade. E estudar descendentes de imigrantes não é o mesmo que estudar populações imigrantes.¹ Os mapas de experiência social dos filhos de imigrantes distinguem-se daqueles dos seus pais. Então, de que, e de quem, falamos, quando nos referimos aos descendentes de imigrantes? Que lógicas estão subjacentes à sua delimitação como objeto de análise da sociologia? Porque e como os distinguir dos restantes pares?

Construir conhecimento sobre os jovens descendentes de imigrantes implica, em primeiro lugar, explicitar o processo de categorização que subentende, percorrendo as suas implicações e explicações. A que critérios obedece esta categorização? Que potencialidade heurística encerra? E de que pertinência social se reveste?

¹ A persistência da ligação destes jovens ao fenómeno migratório protagonizado pelos seus ascendentes é por vezes designada na literatura como “sombra imigrante” (*immigrant shadow*).

Como afirma graciosamente Firmino da Costa, numa expressão que inspirou o título deste trabalho, “as classificações classificam os classificadores” (Costa, 1998: 75). Porque as categorias, ou as classificações, são construções sociais, de que forma as mesmas espelham as perspectivas e posições daqueles que as constroem/utilizam?

Neste *paper* desenvolve-se, neste sentido, uma reflexão em torno dos processos de categorização em geral, e dos processos de categorização dos descendentes de imigrantes em particular, procurando compreender algumas das suas tendências, variações, dilemas e limites.

2. A categorização étnica

Os processos de categorização estão longe de constituir uma operação simples. Poderemos fazer uma analogia com os processos de classificação² – que são padrões de cultura socialmente partilhados, formas de perceber o mundo, instrumentos de ação social e de transmissão social, como sintetiza Firmino da Costa (1998). Categorizar singulariza, consagra diferenças e revela uma determinada conceção da realidade. Permite também conhecer especificidades, e observar processos, como a discriminação. Mas a construção/utilização de categorias no conhecimento científico não é linear nem isenta de dilemas. Um dos mais centrais será a sobreposição das mesmas com aquelas vulgarmente utilizadas nas interações quotidianas, na vida social, onde se cruzam, se trocam e se apropriam classificações eruditas, teóricas, técnicas ou institucionais. O conhecimento científico perpassa, tal como é perpassado, por “juízos recíprocos, avaliações positivas e negativas, estratégias de afirmação e estigmatização, disputas de gosto, concorrência de estilos, lutas de poderes, processos de construção e destruição de identidades” (Costa, 1998: 67).

As categorias científicas não são imunes aos contextos sociais e às relações de poder que os atravessam. Até porque “os sociólogos escrevem e interpretam com as palavras (as categorias sociais de perceção) herdadas do mundo social” (Lahire, 2006: 107). As categorias encerram por isso performatividade, impacto, ambiguidade e fronteiras difusas.

Aos cientistas sociais cabe refletir sobre os processos de categorização que constroem ou utilizam, notar a forma como estes podem espelhar visões dominantes (quem está *dentro* e quem está *fora*, quem é *legítimo*,...), bem como estar atentos aos “modos como os categorizados apropriam, internalizam, subvertem, evadem ou transformam as categorias que são impostas sobre si”

² Reconhecemos que a atribuição de valor e a ordenação são valorativos que caracterizam de forma mais clara a classificação, mais do que a categorização, mas assumimos a semelhança entre os dois termos, que serão neste texto utilizados de forma equivalente.

(Brubaker, 2002: 170), ou ao modo como as categorias são, novamente, apropriadas, internalizadas, subvertidas e transformadas na vida social.

Nas últimas décadas, a classificação étnica ocupou um lugar crescente nos estudos populacionais e nas estatísticas oficiais, numa tendência coerente com a aceleração das migrações globais, e a crescente diversidade nas metrópoles internacionais (Vertovec, 2007). Como resultado têm sido referidos o progressivo aperfeiçoamento, a consistência e a disponibilidade das estatísticas populacionais com base na etnicidade e origem (Morning, 2008), acompanhados de um debate alargado sobre as suas condições de produção, implicações e consequências.

A classificação de indivíduos de origem estrangeira, ou a sua enumeração étnica, é um assunto *sensível*,³ mas inevitável nas sociedades avançadas. Como afirma Schnapper (2007: 99), “a partir do momento que as sociedades democráticas se querem conhecer a si próprias para compensar as desigualdades – ambição ligada à própria utopia democrática –, as ciências sociais não podem deixar de contribuir, à sua maneira, para este conhecimento”.

A definição de categorias estatísticas sobre a etnicidade e a raça não é uma mera operação técnica, e é influenciada por ideologias, conceções políticas e perspetivas locais. E a mesma afeta e reflete as divisões estruturais existentes nas sociedades. Mesmo a opção por não distinguir a etnicidade na produção estatística é, em si mesmo, um repertório de política da identidade.

Categorizar levanta, assim, um conjunto de problemas epistemológicos e ontológicos. Por exemplo, que informações recolher sobre a origem das populações? Origem declarada, origem dos ascendentes ou pertença étnico-racial? Origem geográfica, estereótipos étnico-raciais? Como compatibilizar a autocategorização e a heterocategorização? E, por fim, como analisar os processos de produção/reprodução da alteridade que lhes estão subjacentes, sem neles participar?

Existe um consenso relativamente ao facto de as categorizações que têm por base a origem e/ou a etnicidade serem construções sociais, mas a definição dos limites étnicos é, do ponto de vista da medida e do conceito, complexa, já que o conceito de etnicidade é um dos conceitos mais desafiantes e instáveis – de carácter contextual, mutável, multidimensional, fluido e transitório (Mateos, Singleton e Longley, 2009) – das ciências sociais.

Cruza-se, na literatura, com as identidades racial (assente num conjunto de traços fenotípicos herdados) e étnica (sustentada numa crença subjetiva partilhada) (Morning, 2008). Nos Estados Unidos, em particular, a etnicidade tornou-se cada vez mais compreendida como “simbólica” (Gans, 1979) ou “opcional” (Waters, 1990), enquanto a raça é retratada como involuntária, uma filiação

³ Os dados relativos à origem e à etnicidade são oficialmente designados como *sensitive data*.

externa e forçada. No espaço europeu, a nacionalidade, mais do que um estatuto político e de cidadania, designou progressivamente uma ancestralidade ou origem.

Apesar das diferenças entre os três conceitos – etnicidade, raça e nacionalidade – todos designam, no seu âmago, a conotação com a ancestralidade. Como afirma Ann Morning,

cada conceito apoia-se num diferente tipo de prova ou manifestação de raízes partilhadas – a etnicidade distingue-a nas práticas culturais ou crenças (por exemplo, vestuário, língua, religião), a raça nos traços físicos percebidos, e a nacionalidade através da localização geográfica (Morning, 2008: 242).

Mas denota, apoiando-se em Alba (1990), que existe uma diferença entre a ancestralidade – que envolve crenças sobre os antepassados – e a etnicidade, que envolve crenças sobre a autodefinição.

As categorizações étnicas misturam indicações fenotípicas, geográficas, nacionais, religiosas e históricas, que formam uma manta de retalhos pouco consistente. Associados à categorização surgem problemas como a incerteza – como definir ontologicamente a etnicidade, como a representar e a medir, como assegurar a validade no seu tratamento –, a ambiguidade ou a imprecisão, com impactos profundos nas análises produzidas (Mateos, Singleton e Longley, 2009). O caráter substancialista da etnicidade apresenta-se muitas vezes incompatível com a dimensão diacrónica e transversal dos restantes domínios da vida social (Santelli, 2001). Alguns autores, como Brubaker, Loveman e Stamatov (2004), chegam mesmo a questionar a necessidade de subdividir etnicamente as populações. Outros alegam que a produção científica neste domínio é ainda insuficiente e requer maior desenvolvimento e reflexão (Simon, 2007, 2011). Outros ainda identificam a tendência para uma crescente complexificação dos censos populacionais através da inclusão de medidas de autodefinição e diversidade, manifestas numa maior granularidade das categorias, trazendo novos desafios e potencialidades (Mateos, Singleton e Longley, 2009). A validade desta granularidade progressiva entra em tensão com a sua utilidade e potencialidades heurísticas.

3. Metodologias e riscos

A heterogeneidade das metodologias e a standardização das categorias associadas à etnicidade têm sido objeto de discussão em inúmeros trabalhos (por exemplo, Simon, 2011, 2007; Morning, 2008), que salientam o papel crucial que as estatísticas desempenham, no espaço europeu, na ativação de políticas antidiscriminação e no fortalecimento da coesão social. As estatísticas sobre migrações e etnicidade são consideradas uma importante ferramenta para monitorizar a população,

um instrumento para desenvolver políticas adequadas, para medir a integração tanto quanto para combater a discriminação com base na origem, a exclusão social e a desigualdade de oportunidades. Apesar de um relativo consenso teórico-administrativo e legal sobre a necessidade de produzir as mesmas, as definições oficiais, os impedimentos legais e as concepções de etnicidade são diversificadas, com consequências nos sistemas de categorização.

Historicamente, as estatísticas étnicas e migratórias estiveram na base de perseguições, expulsões e extermínios. Não só têm uma história de “má” utilização associada como “a sua existência reflete uma concepção equivocada da natureza humana e da vida social e fomenta uma reificação das identidades” (Simon, 2011: 2). Na sua produção colocam-se em jogo dois princípios antagónicos: indiferenciação e particularização. Como questiona Simon (2007: 9),

é preferível defender a invisibilidade das diferenças étnicas nos aparelhos de observação, correndo ao mesmo tempo o risco de permitir a prosperidade de práticas discriminatórias escondidas, ou devemos construir categorias que, pela sua simples existência, podem potencialmente reforçar uma estigmatizante designação de populações particulares?

A contabilização de nacionais e não nacionais é uma prática internacional relativamente comum, mas a categorização étnica, ou mesmo racial, é considerada mais problemática. O foco tende a localizar-se em algumas das dimensões da etnicidade (como cidadania, naturalidade, língua ou religião) e menos nos conceitos de raça ou etnicidade, mais dificilmente unificadores ou consensuais. Cerca de metade dos países do Conselho da Europa recolhe dados “étnicos” nas suas estatísticas oficiais (apesar de poucos os utilizarem de facto para combater a discriminação racial, como afirma Patrick Simon). Estes dados são objeto de controlo especial e são proibidos em alguns países (como Portugal), mas poderão (e deverão, na opinião do mesmo autor) ser recolhidos no quadro de uma moldura fortemente regulada e predeterminada. Como afirma, “reconciliar um alto nível de proteção de dados com a recolha de dados ‘étnicos’ é possível, mas requer determinação política” (Simon, 2007: 69).

Em alguns sistemas oficiais opta-se por categorias, ou coletivos estatísticos, pan-étnicos, construídos por diversos grupos que se pressupõe terem algumas características comuns: “Asian” ou “Black” no Reino Unido, “Hispanic” nos Estados Unidos da América, só para mencionar alguns. A lista de termos utilizados para descrever – oficial e cientificamente – os grupos minoritários, em que as categorias pan-étnicas se incluem, é extensa. A terminologia inclui designativos como raça, minoria étnica, “minoria visível”, “não brancos”, “pessoas de cor”, e a maioria evoca amplos criticismos, como ambiguidade, insulto, marginalidade, reforço do mito da homogeneidade,

ineficácia para atender a processos discriminatórios, potencial discriminador, inutilidade substantiva, entre outros (Aspinall, 2002).

O estabelecimento das categorias apropriadas é problemático, porque a escolha da terminologia é fortemente contextual e situacional. A delimitação das mesmas é o resultado de um processo complexo de interação e implicação mútua de identificação coletiva e categorização social (Aspinall, 2009). As taxonomias e nomenclaturas tendem a cristalizar as representações de grupos, mais do que constituir categorias autoevidentes que se impõem/ou emergem numa determinada sociedade (Simon, 2011).

4. Heterogeneidade na classificação étnica no espaço europeu

Ao nível europeu, não existe um sistema uniforme de classificação migratória ou étnica. De acordo com a sua história, segundo diferentes tradições, os países adotam práticas com diferentes combinatórias, ou utilização em exclusivo, de variáveis como a naturalidade, a nacionalidade e a etnicidade, sendo a naturalidade o critério mais comum. Morning (2008) distingue, a partir de Rallu, Piché e Simon (2004), quatro tipos de abordagem estatal/governamental relativamente à enumeração étnica: a) enumeração para controlo político; b) não enumeração em nome da integração nacional; c) discurso de hibridismo nacional; d) enumeração para medidas de antidiscriminação.

São duas as tendências maioritárias identificadas na classificação migratória ou étnica no espaço europeu: num primeiro conjunto de países, em que se incluem França e Portugal,⁴ a distinção estatística faz-se entre nacional e estrangeiro, tendo por base a naturalidade/nacionalidade, a que mais recentemente se adicionou a categoria de proveniente de um estado-membro por oposição a proveniente de um país terceiro. Num segundo conjunto de países encontra-se o Reino Unido, que tem um sistema de autoidentificação étnica (que não contabiliza naturalidade nem nacionalidade, e que mistura traços fenotípicos com origem nacional); e países do Norte da Europa como a Noruega,

⁴ No caso português, são solicitadas nas estatísticas censitárias a naturalidade e a nacionalidade, e a religião (opcional) (Simon, 2007, 2011). A recolha de dados informáticos relativos à etnicidade é mencionada no artigo 35.º, n.º3 da Constituição da República Portuguesa: “A informática não pode ser utilizada para tratamento de dados referentes a convicções filosóficas ou políticas, filiação partidária ou sindical, fé religiosa, vida privada e origem étnica, salvo mediante consentimento expresso do titular, autorização prevista por lei com garantias de não discriminação ou para processamento de dados estatísticos não individualmente identificáveis.” E realiza-se ao abrigo das convenções internacionais STCE 108 (1/1/1994), Diretiva 95 (27/10/1998), e da Lei n.º 67/98, de 26 de outubro – Lei da Proteção de Dados Pessoais (transposição da Diretiva 95/46/CE de 24 outubro), que consagra o princípio da autorização prévia e prevê que a recolha, e posteriormente o tratamento de dados, só possa ser efetuada com fins legítimos, com finalidades específicas e definidas (como a defesa dos direitos vitais dos indivíduos; o reconhecimento, exercício ou defesa de um direito, motivos de interesse público importante; sempre com autorização dos indivíduos e com garantias de não discriminação).

que registam a população com origem migratória com base na ancestralidade, através da identificação da naturalidade de progenitores e avós. Na Holanda é utilizada a designação *alóctone*, tendo por base o país de nascimento dos progenitores, associada a uma divisão geográfica (que de alguma forma hierarquiza os categorizados e é utilizada na opinião pública como desqualificante).

Porém, existe uma distância entre a etnicidade atribuída, quando a ancestralidade é o indicador dominante, e a identidade autodefinida (Aspinall, 2009). Se a ancestralidade tem um carácter mais prescritivo, a autoatribuição, por sua vez, é contextual e situacionalmente sensível. E o país de nascimento pode ser adequado para algumas populações migratórias, mas poderá não ser apropriado para outras em que se conjugam diferentes grupos étnicos num mesmo país.

A relativa ausência de estatísticas sobre raça e etnicidade no espaço europeu tem, segundo Simon (2011), duas explicações: as legislações de proteção de dados que consideram a origem étnica como sensível e impedem a sua recolha; e a percepção de que esta informação sensível é imprecisa para descrever a população e analisar os processos sociais, e de que a mesma desafia a representação ancestral de sociedades homogéneas – já que as máquinas censitárias se ergueram na premissa da construção do estado-nação.⁵ Na mesma linha deste último argumento, Morning (2008: 264) conclui no seu estudo sobre os sistemas oficiais de classificação étnica e racial em 141 países que a utilização limitada da enumeração étnica na Europa e em África reflete uma estratégia de preservação da unidade nacional.

Recentemente, a UNECE (2006) reviu as recomendações para os censos de 2010, introduzindo um capítulo especial sobre “características étnico-culturais”, sugerindo o registo do local de nascimento dos progenitores para o estabelecimento de uma nova categoria de “pessoas com *background* estrangeiro”, integrando nomeadamente 4 grupos: estrangeiros nascidos no estrangeiro (*foreigner-born foreigners*), estrangeiros nascidos no país de residência (*native-born foreigners*), nacionais nascidos no estrangeiro (*foreigner-born nationals*) e nacionais nascidos no país de residência (*native-born nationals*).⁶ À semelhança, o Eurostat introduziu, em 2008, o local de nascimento dos pais no *European Labor Force*.

Em termos paradoxais, no espaço europeu, a diretiva que aplica o princípio da igualdade de tratamento entre pessoas sem distinção de origem racial ou étnica convive com a exigência de contabilização dos indivíduos segundo o seu lugar de nascimento.⁷ Parece ser consensual o facto de a

⁵ Patrick Simon (2011) refere ainda a existência de um duplo padrão que marcou esta emergência: nos continentes, o enfoque era feito na cidadania, e nos territórios colonizados a população era diferenciada por raça, casta, religião e *status*. Exemplo consubstanciado em Portugal pela utilização, até à década de 50 do século passado, de categorias como “civilizado”/“não civilizado”, e pelos “povos” listados nos censos oficiais que incluíam os territórios colonizados.

⁶ As siglas UNECE designam *United Nations Economic Commission for Europe*.

⁷ Regulamento (CE) n.º 862/2007 do Parlamento Europeu e do Conselho de 11 de julho de 2007.

informação estatística ser um pré-requisito para a formulação de uma política governamental/comunitária de promoção dos direitos civis e da não discriminação.

5. Uma etnicidade sem grupos?

Brubaker, Loveman e Stamatov (2004) remetem a preocupação crescente com a categorização e classificação étnica e de origem para a expansão da abordagem subjetivista nas ciências sociais, por oposição à abordagem objetivista, já que a primeira define a etnicidade não em termos de características objetivas ou estruturais mas sim em termos de crenças, percepções e identificações. Iniciada na antropologia, nomeadamente pelos trabalhos de Frederic Barth (1969) e Richard Jenkins (1997) e na atenção que ambos colocaram nos processos de auto e heteroclassificação na construção da etnicidade e, no caso de Jenkins, na multiplicação dos níveis (individual, interacional e institucional) e contextos (formal e informal) em que esse processo ocorre, esta abordagem construtivista desenvolve-se em duas áreas fundamentais: uma compreendendo os estudos históricos, políticos e institucionais, outra constituindo-se na etnografia e nos estudos microinteracionistas.

A abordagem construtivista é marcada por aquilo que Brubaker, Loveman e Stamatov designam como *grupismo*, ou a tendência para tomar os grupos, fortemente diferenciados, internamente homogêneos, e externamente delimitados, como unidades básicas de constituição da vida social, de análise social e de protagonismo de conflitos sociais. Como afirmam,

raça, etnicidade e nacionalidade existem apenas nas, e através das, nossas percepções, interpretações, representações, classificações, categorizações e identificações. Elas não são coisas *no* mundo, mas perspectivas *sobre* o mundo – realidades não ontológicas mas epistemológicas (Brubaker, Loveman e Stamatov, 2004: 45).

Propondo uma “eticidade sem grupos”, Brubaker considera repensar a etnicidade, a raça e a pertença nacional sem reduzir o seu poder ou significância, mas alterando-lhe o caráter, transformando-a em algo variável, contingente, mais do que fixo, constante e durável, possibilitando assim dar conta de “algo que acontece”, um evento, e das características deste evento (2002). O autor distingue ainda grupo (mutuamente interativo, reconhecido, orientado, efetivamente comunicante, ligado com laços de solidariedade e com capacidade de ação concertada) e categoria. Só através desta distinção poderemos questionar o grau de grupismo associado a uma determinada categoria, num determinado contexto, e compreender de que forma se instituem as categorias e o que fazem os

indivíduos e instituições com as mesmas. Num trabalho posterior (2009: 35), o autor afirma de forma exaustiva e marcada que

classificação, categorização, identificação, distinção “nós-eles”, categorias marcadas e não marcadas, manutenção de fronteiras e travessia de fronteiras, endogamia e exogamia, assimilação e diferenciação, concentração e dispersão territorial (...) são fenômenos sociais muito gerais, cujo significado vai muito para além da etnicidade, raça e nacionalismo.

A mesma opinião é de alguma forma defendida por De Rudder, para quem o caminho de desenvolvimento futuro dos sistemas de categorização étnica e nacional deve sustentar-se na desocultação de processos, mais do que na construção de nomenclaturas; e na análise das relações sociais, mais do que a dos grupos nominais. Como refere a socióloga francesa, “social e politicamente, todo o reenvio às origens comporta um risco inerente e definitivo *a fortiori* porque será apreendido, de naturalização, de substantificação, ou de reificação”, já que se trata de uma “variável adscritiva que faz apelo ao registo da ascendência e descendência, da herança e do herdado” (De Rudder, 1998: 8).

Aspinall (2009) inscreve os desenvolvimentos neste domínio como fruto do estabelecimento de uma política de afirmação da identidade, de uma exigência por parte dos cidadãos do seu reconhecimento por parte das autoridades públicas, produto das políticas antidiscriminação.⁸ Mas um sistema de classificação enraizado na política de diversidade pode ter duas consequências, segundo Previt (2003): um desenvolvimento para categorias cada vez mais finas, que resgatem a maior diversidade possível, ou o colapso do sistema, através da perda de proporcionalidade, de referência e de contagem dos sub-representados.

O valor que têm as categorias étnico-nacionais para os próprios indivíduos e o papel que assumem na formação de grupos sociais têm sido objeto de pesquisa de Andreas Wimmer (2004, 2008, 2009). O autor mostra que estas categorias podem ser, para os próprios “categorizados”, secundárias. Assinala a emanação das categorias raciais/étnicas a partir dos discursos estatais, nos anos 1990, colocando estas categorias lado a lado com outras diferenças estruturais como o género ou a classe; e a subsequente apropriação destas por parte das ciências sociais, não as debatendo o suficiente, não as fazendo derivar da realidade mas moldando a realidade com as mesmas, levando a cabo um “positivismo positivo” (expressão que adota de Foucault). E conclui, no estudo que realiza sobre os padrões de formação de grupos em bairros imigrantes de três cidades suíças, que os seus

⁸ O autor exemplifica com a proliferação das equipas de diversidade, *kits* de instrumentos sobre diversidade, planos, programas de formação sobre diversidade em todos os programas de departamento oficiais do Reino Unido (Aspinall, 2009).

habitantes não se dividem entre si por grupos baseados nas culturas de origem, mas sim de proximidade ou distância de um paradigma de ordem fortemente urbano, que diferencia os estabelecidos dos *outsiders* ou *newcomers* (2004).

Ao propor um “agency-based comparative model of ethnic *boundary-making*” de análise da etnicidade (Wimmer, 2008, 2009), um modelo construcionista, subjetivista, interacionista e processualista, assente na construção dos grupos, de carácter anti-herderiano,⁹ o autor afirma que é necessário *desetnicizar* os desenhos de investigação e redesenhá-los para que possam observar tanto a emergência de grupos étnicos como a sua ausência, possibilitando que a etnicidade surja como princípio de organização social sem assumir, *a priori*, que o é. Ou seja, é desejável evitar a *falácia grupal* multiculturalista, e ter em conta unidades de análise que não o próprio grupo étnico. Por outras palavras, em vez de assumir a etnicidade como um *explanans*, uma variável explicadora, o autor propõe que se torne um *explanandum*, um resultado explicável decorrente de um conjunto de processos. Alerta, porém, que é tão perigoso assumir que a divisão por grupos étnicos é uma das características estruturais mais fortes das sociedades como atribuir ao fenómeno étnico uma fluidez e variabilidade tal que ela se limita a uma “comunidade imaginada” sem consequências para a vida dos indivíduos, ou como algo que se escolhe, como acontece nas abordagens radicalmente construtivistas.¹⁰ O modelo que propõe oferece uma tipologia de formas de produção da etnicidade e inclui categorias como expansão (construção da nação, etnogénese), contração, transavaliação (*transvaluation*), movimentos posicionais (cruzamento de fronteiras individual e reposicionamento coletivo), indefinição. Percorrendo um conjunto de exemplos históricos e contemporâneos, o autor contextualiza a taxonomia proposta, mas não aprofunda a sua aplicabilidade, inter-relação, bem como os contextos e processos que lhe estão subjacentes.

Um dos trabalhos mais recentes e influentes na literatura produzida nos Estados Unidos sobre descendentes de imigrantes estrutura-se justamente através da comparação entre grupos étnicos, na premissa de que a experiência de pertença a um “grupo” molda, ou configura, as vidas dos indivíduos (Kasinitz e outros, 2008). Os autores alegam que, mesmo depois de controladas todas as outras variáveis, continua a existir um efeito de grupo que não é explicável por outra via. Reconhecem o risco de estereotipização e homogeneização, e o facto de a variação intragrupos étnicos ser frequentemente tão grande como as diferenças intergrupais. Optam assim, quando se evidenciam diferenças entre grupos étnicos, por se referir a tendências centrais com grandes

⁹ Visão decorrente da perspetiva do filósofo do século XVIII Johann Gottfried Herder, segundo a qual o mundo social se divide em espécies, tal como o mundo natural, e em que as ideias de comunidade, identidade étnica e cultura são consideradas sinónimas, convergentes e perfeitamente delimitadas (Wimmer, 2009).

¹⁰ Apesar de utilizar criticamente a expressão “comunidade imaginada”, o autor não se refere, direta nem indiretamente, ao amplamente citado conceito de Benedict Andersen (1993), que remete para as estruturas simbólicas agregadoras que estão na base da ideia de nação.

distribuições, ao mesmo tempo que relembram ao longo do trabalho o facto de os inquiridos pertencerem não só a grupos étnicos mas também a classes sociais, géneros, grupos sociais e territórios, e nesta condição terem uma multiplicidade de papéis sociais e identidades interativas.

O debate neste campo parece, assim, fazer-se entre duas ênfases distintas: a diversidade, incluindo raça, religião, idade, sexo, orientação sexual e capacidade, e a possibilidade de interseção de medidas de desvantagem múltipla; ou concepções mais tradicionais de igualdade, visando a eliminação da discriminação direta e indireta (Aspinall, 2009). Entre as duas, jogam-se direitos, tais como o direito de acesso à informação, o direito à privacidade e o direito ao tratamento igualitário, independentemente da origem étnico-nacional ou outra, gerando uma tensão discursiva. As tendências de futuro parecem apontar para uma crescente autodefinição, granularidade, complexidade e hifenização (ou categorização por opção múltipla) das categorias, e para uma crescente base étnica em detrimento da base racial; apesar de alguns investigadores sinalizarem neste âmbito problemas como confusão nos respondentes e insuficiências na operacionalidade estatística.

A criação de um estatuto de “*background* estrangeiro” é considerada uma alternativa à utilização de categorias de opção étnica na produção de estatísticas, e é já prática corrente em países como a Suécia, a Noruega e a Dinamarca (compreendendo indivíduos com ambos os pais de naturalidade estrangeira), ou na Holanda (incluindo indivíduos com pelo menos um progenitor nascido no estrangeiro).¹¹ São vários os desafios levantados por esta opção de categorização: a perda de informação ao longo do tempo (não acompanhando uma continuidade possível dos fenómenos de discriminação); a significância da recuperação da mesma depois de três ou quatro gerações; ou a própria conexão com a migração, já que estes indivíduos não são migrantes, e o sistema de categorização assenta numa ideia de transmissão de características entre pais e filhos que reforçam o *outrismo*, pondo em causa o direito à plena pertença ao país de nascimento. Esta categorização pode também não ser tão objetiva como aparenta, já que a combinação de *backgrounds* diferenciados é complexa, e a utilização da naturalidade sem a nacionalidade associada obscurece a distinção entre *colonizadores* e *colonizados*. É, no entanto, considerada uma alternativa mais simples e diplomática, que permite o evitamento da enumeração étnica, contornando a resistência à mesma (Simon, 2011).

Nos estudos que se debruçam especificamente sobre os filhos de imigrantes, este é o processo de categorização mais comum, ou seja, a classificação e identificação dos indivíduos tende a realizar-se através da naturalidade dos seus ascendentes. Mas podemos, e devemos, questionar se fará sentido evidenciar aspetos da “cultura” de pré-migração nas gerações subsequentes. O que distingue os jovens filhos de imigrantes dos restantes jovens? Quantas gerações com base na ascendência devem

¹¹ Simon (2011) alerta para o facto de a prática descrita na Holanda remeter para a regra da hipodescendência, ou “uma gota de sangue”, utilizada para definir o estatuto racial durante o segregacionismo nos Estados Unidos da América.

continuar a ser distinguidas? E essa distinção é heteroatribuída ou faz também sentido para os próprios?

6. Exterioridades por continuidade genealógica: os descendentes de imigrantes

Os rótulos classificatórios não são estáticos (Costa, 1998), e são várias as designações e subdesignações utilizadas para identificar os jovens descendentes de imigrantes na literatura científica, nas estatísticas oficiais, nas instituições escolares, nos *media*, na vida social. A designação “segunda geração” é porventura uma das mais frequentes.

A utilização do termo “geração”, nas ciências sociais, foca aspetos diversificados e algumas vezes contraditórios entre si, esboçados em torno da ideia de sucessão. Sinónimo de coorte, designa habitualmente um estado de sucessão natural compreendendo aqueles que estão na mesma linha genealógica (Rumbaut, 2004). Na antropologia, tradicionalmente, designa o conjunto de indivíduos situados no grau de filiação de uma descendência singular; na demografia o conjunto de pessoas com idade semelhante no mesmo espaço de tempo. Já na sociologia e na história o termo remete para uma “visão do mundo” partilhada, para um período socio-histórico (De Rudder, 1998).

Portes e Zhou (1993: 75), num paradigmático e influente artigo, definem “segunda geração” como a geração nascida no país de acolhimento com pelo menos um dos progenitores nascidos no estrangeiro, ou os nascidos no estrangeiro mas que se deslocaram para os EUA até aos 12 anos de idade.

Mas a designação surge anteriormente, em estudos históricos na área das migrações norte-americanas, como os desenvolvidos por Marcus Hansen (1938), Oscar Handlin (1951) e Milton Gordon (1964). Outros estudos clássicos referiam este segmento categorizando-o através de um recorte geracional e do lugar de nascimento: Thomas e Znanieck, em *The Polish Peasant in Europe and America* (1958), assinalam uma *meia-segunda* geração (*half-second*) para descrever e distinguir os jovens nascidos no estrangeiro daqueles de segunda geração, já nascidos nos EUA; e Warner e Srole (1945) distinguem os nascidos no estrangeiro – geração “P” (de “parental”) – dos nascidos nos EUA, designados “F1” – “primeiros filiais”.

Na atualidade, tornou-se um quase lugar-comum, alvo de várias críticas, tais como tratar-se de um oxímoro, já que é impossível ser “imigrante” quando já se nasceu no país (Rumbaut, 2004), ou não captar convenientemente a experiência dos jovens, remetendo-os para problemáticas mais pertinentes para os seus progenitores.

Críticas também inscritas na linha de reflexão de autores como Machado (1994), Machado e Matias (2006), Machado, Matias e Leal (2005) ou Schnapper (2007), que salientam que os

qualificativos “segundas-gerações” ou “filhos de imigrantes” têm o inconveniente de designar as populações a partir da experiência migratória dos seus pais ou avós, pressupondo que a experiência social dos últimos continua a influenciar o destino social daqueles nascidos e instalados nos países de receção dos seus progenitores. Mais ainda, tornando os filhos a objetificação da existência dos pais, abordando-os e observando-os retrospectivamente. E criando, artificialmente, segundo De Rudder (1998), uma nova geração de imigrados, quando parte destes jovens nunca realizou uma trajetória migratória. Ou seja, imputando-lhes uma “exterioridade por continuidade genealógica”. Como afirma a autora relativamente ao contexto francês,

tudo se passa como se o ato fundador único da “primeira” como da “segunda geração” se situasse nessa “passagem” de um espaço nacional para outro, de um estatuto social para outro. O “imigrado” é, em França, uma figura social estereotipada, que exprime e reforça um processo de etnicização por referência a uma exterioridade de “origem” nacional ou cultural (de facto, mais frequentemente, colonial). O reenvio das crianças aos pais, ao abrigo da “geração”, traça a genealogia e tende, por consequência, a naturalizar a “exterioridade de origem” (De Rudder, 1998: 4).

A ratificação científica da categoria “jovens descendentes de imigrantes” – de resto utilizada por nós em trabalhos anteriores (Seabra e Mateus, 2007; Seabra e Mateus, 2010; Seabra e Mateus, 2011; Seabra, Mateus, Rodrigues e Nico, 2010; Seabra, Mateus, Rodrigues e Nico, 2011) – não está, pois, isenta de crítica. Mobiliza critérios de classificação que operam na base de uma diferença entre autóctones e estrangeiros, podendo pôr em causa a sua pertença, já que esta inscrição transporta uma caracterização que, ao fazer a partição entre as pessoas com base na sua origem, pode fazer sobressair uma certa ideia de “especialidade original” e atribuir um estatuto específico, inferior, minoritário, aos segundos (Breviglieri e Stavo-Dabauge, 2004).

Neste sentido, de “segunda geração” será equivalente a “não nacional”, impondo uma continuidade, pela negativa, do estatuto dos progenitores. E reforçando uma certa provisoriade na sua presença – como se a mesma dependesse da sua capacidade de demonstrar a sua integração (Santelli, 2001). Como resposta, os cientistas sociais esforçam-se por encontrar neste segmento os traços que o distinguem radicalmente dos progenitores, ordenando-os num eixo de rutura (por contraposição à continuidade), e assim deslocando um especial interesse quer para a situação em que se encontra (escolar, profissional) a par com os seus congéneres das classes populares de todas as origens quer para a fratura que o separa, e opõe, aos seus progenitores, muitas vezes atribuindo a esta rutura os problemas observados na sua situação.

Mas, afirmam Kasinitz e outros (2008: 24), a pertença e as diferenças entre grupos étnicos têm um impacto real nas vidas das crianças: “Mesmo se as crianças não consideram que a origem nacional dos pais é particularmente importante, elas herdam estruturas de vantagem e desvantagem.” E, prosseguem, tal como a classe, a pertença étnica é um evento historicamente contingente, sempre em mudança, mas real, e de significativa importância para as vidas dos jovens descendentes.

Na opinião de Schnapper (2007: 219), o termo “descendentes de imigrantes” designa, independentemente do número de gerações que os separam da imigração, aqueles para quem a experiência dos progenitores continua a ter sentido, a fazer parte dos dados que influenciam a experiência e condições sociais. A autodefinição, ou autoidentificação, poderia oferecer maiores garantias de pertinência da categoria para o próprio sujeito.

Os processos de categorização são também processos de estigmatização, e podem justificar crítica e não reconhecimento por parte dos visados, que se poderão sentir reenviados, por causa da origem dos seus pais, a uma marginalidade que não corresponde nem à sua realidade objetiva nem às suas aspirações. Ao denominá-los jovens estrangeiros, de origem imigrante, imigrantes de segunda geração, reenviam-se os mesmos sujeitos para um denominador comum que reduz a diversidade de percursos a uma experiência comum, remetendo-a para um estatuto de exterioridade. Argumento reforçado por Crul e Schneider (2010), ao afirmarem que, quando não existe trajetória migrante, ou seja, quando os jovens nascem nas sociedades de imigração dos seus progenitores, não deveria colocar-se a questão da integração/assimilação – o que é um importante ponto de discussão teórica. Sendo membros da sociedade desde o dia que nascem, poderemos questionar o sentido da comparação com a população autóctone; já que estes não perfazem dois grupos claramente distintos. Esta assunção tem como consequência uma alteração do foco de análise, que se deve por isso dirigir para a sua capacidade de participação nas diferentes esferas sociais.

Por outro lado, apenas através da comparação com o grupo autóctone é possível superar falsas singularidades e descontinuidades culturais, sociais e étnicas (mais comuns do que seria desejável na literatura científica); ou processos de distinção/estigmatização cristalizados e reproduzidos na opinião pública. Uma sociologia que tenha como objeto os filhos de imigrantes terá de conciliar, pelo menos, dois elementos: o jovem – dizemos nós, em continuidade com os pares – e o “migrante” – eventualmente, em continuidade com uma herança de singularidade cultural, gerida de modo variável na experiência social quotidiana, e percebida de modo diverso nas instituições sociais de participação; cada um deles com as suas propriedades especificamente problemáticas (Breviglieri e Stavo-Dabauge, 2004: 160).

7. Notas finais: problematizar recortes geracionais e relações com a experiência migratória

A construção da identidade dos jovens descendentes de imigrantes faz-se, como em todos os outros jovens,

a partir de um repertório de múltiplas entradas: sociais, económicas, políticas, culturais, religiosas, nacionais, locais, familiares, etc. (...) Na formação da identidade, alguns elementos ganham mais importância do que outros e tendem a organizar um processo de identificação estruturante. Em alguns casos, é precisamente a “origem” real ou suposta (...) que cumpre esse papel. (...) Isto estuda-se, mas não se pode pressupor (De Rudder, 1998: 7).

Nos processos de integração dos migrantes e dos seus descendentes, as identidades são sujeitas a uma atualização, adquirem características de mutabilidade que, nos diferentes quadros de interação, se reconfiguram acionando elementos étnicos ou decorrentes do processo de assimilação de acordo com as circunstâncias, “sem que tal se traduza necessariamente por uma fixação e generalização dos resultados desse acionamento”, como afirma Rui Pena Pires (2003: 103). Parece-nos ser este o ponto de partida para a construção de conhecimento e análise sociológica dos jovens descendentes de imigrantes: atender à sua multiplicidade de referências, não negando a importância que os elementos étnicos podem assumir nestas, mas evitando atribuições apriorísticas, fixações e cristalizações.

Para os filhos de imigrantes, os países de residência não são uma “sociedade de fora” (Schinkel, 2007 em Crul e Schneider, 2010: 1251), são sociedades *suas*. A exterioridade por continuidade genealógica, ou a sua observação enquanto objetificação da existência de pais com uma trajetória migratória, reforça *outrismos* e processos de estigmatização. Mas a análise das suas experiências e trajetórias permite, também, superar falsas singularidades e descontinuidades culturais, sociais e étnicas; ou processos de distinção cristalizados e reproduzidos nas instituições sociais e na opinião pública.

Os processos de categorização não são simples operações técnicas mas são ferramentas essenciais, incontornáveis, de leitura das realidades sociais. Como verificámos, são ainda atravessadas por lógicas de poder, ao mesmo tempo que se afirmam como instrumentos de combate à discriminação e de construção da coesão e equidade social.

A utilização das categorias preexistentes nas estatísticas oficiais – em progressiva granularidade – é pertinente, mas não sem problematização e confronto empírico; num exercício de desocultação das contextualidades e localismos que a configuram.

A construção primária de sistemas de categorização com base étnica deve possibilitar o teste sistemático de fronteiras, interdependências e interinfluências com outras categorias de hierarquia e experiência social. E se possível, incluir variáveis de autoatribuição de pertença e reconhecimento. Porque as *classificações classificam os classificadores*, a responsabilidade dos investigadores passa, neste domínio, pela clarificação dos objetivos de pesquisa, pelo escrutínio atento das implicações ontológicas e sociais das decisões metodológicas e, finalmente, pela abertura à reconfiguração das atribuições causais pressupostas.

Referências bibliográficas

- Alba, Richard (1990), *Ethnic Identity: The Transformation of White America*, New Haven, Yale University Press.
- Anderson, Benedict (1993), *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*, Londres, Verso.
- Aspinall, Peter J. (2002), “Collective terminology to describe the minority ethnic population: the persistence of confusion and ambiguity in usage”, *Sociology*, 36 (4), pp. 803-816.
- Aspinall, Peter J. (2009), “The future of ethnicity classifications”, *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 35 (9), pp. 1417-1435.
- Barth, Frederic (1969), “Introduction”, em Frederic Barth (org.), *Ethnic Groups and Boundaries*, Boston, MA, Little Brown and Company, pp. 9-38.
- Breviglieri, Marc, e Joan Stavo-Debaugé (2004), “Les identités fragiles : la ‘jeunesse’ et l’immigration”, em Catherine Pugeault-Cicchelli, Vincenzo Cicchelli e Tariq Ragi, *Ce que nous savons des jeunes*, Paris, PUF, pp.159-176.
- Brubaker, Rogers (2002), “Ethnicity, race and nationalism”, *Archives Européennes de Sociologie*, XLIII (2), pp. 163-189.
- Brubaker, Rogers (2009), “Ethnicity, race and nationalism”, *The Annual Review of Sociology*, 35, pp. 21-42.
- Brubaker, Rogers, Mara Loveman e Peter Stamatov (2004), “Ethnicity as cognition”, *Theory and Society*, 33 (1), pp. 31-64.
- Costa, António Firmino da (1998), “Classificações sociais”, *Leituras: Revista da Biblioteca Nacional*, 3 (2), pp. 65-75.
- Crul, Maurice, e Jens Schneider (2010), “Comparative integration context theory: participation and belonging in new diverse European cities”, *Ethnic and Racial Studies*, 33 (7), pp. 1249-1268.
- De Rudder, Véronique (1998), “Identité, origine et étiquetage”, *Journal des Anthropologues*, 72-73, pp. 1-7.
- Eurostat, e Comissão Europeia (2011), *Demography Report 2010: Older, more Numerous and Diverse Europeans*, Luxemburgo.
- Gans, Herbert J. (1979), “Symbolic ethnicity: the future of ethnic groups and cultures in America”, *Ethnic and Racial Studies*, 2 (1), pp. 1-20.

- Gordon, Milton M. (1964), *Assimilation in American Life: The Role of Race, Religion, and National Origins*, Nova Iorque, Oxford University Press.
- Handlin, O. (1973[1951]), *The Uprooted*, Boston, Little Brown.
- Hansen, Marcus (1938), *The Problem of Third Generation Immigrant*, Rock Island, Illinois, Augustana Historical Society. Disponível em <http://hdl.handle.net/2027/inu.30000118510415>.
- Jenkins, Richard (1997), *Rethinking Ethnicity: Arguments and Explorations*, Londres, Sage.
- Kasinitz, Philip, John H. Mollenkopf, Mary C. Waters e Jennifer Holdaway (2008), *Inheriting the City: The Children of Immigrants Come of Age*, Cambridge, Massachusetts e Londres, Russell Sage Foundation and Harvard University Press.
- Lahire, Bernard (2006), *A Cultura dos Indivíduos*, Porto Alegre, Artmed.
- Machado, Fernando Luís (1994), “Luso-africanos em Portugal: nas margens da etnicidade”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 16, pp. 111-134.
- Machado, Fernando Luís, Ana Raquel Matias e Sofia Fontes Leal (2005), “Desigualdades sociais e diferenças culturais: os resultados escolares dos filhos de imigrantes africanos”, *Análise Social XI* (176), pp. 695-714.
- Machado, Fernando Luís, e Ana Raquel Matias (2006), “Descendentes de imigrantes nas sociedades de acolhimento: linhas de identificação sociológica”, *CIES e-Working Paper* (13/2006). Disponível em http://repositorio-iul.iscte.pt/bitstream/10071/176/4/CIES-WP13_Machado-Matias_.pdf.
- Mateos, Pablo, Alex Singleton e Paul Longley (2009), “Uncertainty in the analysis of ethnicity classifications: some issues of extent and aggregation of ethnic groups”, *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 35 (9), pp.1437-1460.
- Morning, Ann (2008), “Ethnic classification in global perspective: a cross-national survey of the 2000 Census round”, *Population Research and Policy Review*, 27 (2), pp. 239-272.
- Pires, Rui Pena (2003), *Migrações e Integração: Teoria e Aplicações à Sociedade Portuguesa*, Oeiras, Celta Editora.
- Pires, Rui Pena (2006), “A integração socioprofissional dos imigrantes: contexto e desafios”, 11.^a Conferência Internacional Metropolis, Metropolis, Lisboa, 5 de outubro de 2006.
- Portes, Alejandro, e Min Zhou (1993), “The new second generation: segmented Assimilation and its variants”, *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 530, pp. 74-96.
- Prewitt, Keneth (2003), “Does ethno-racial classification have a future in policymaking?”, *Public Affairs Report*, 44 (1), pp. 16-19.
- Rallu, Jean-Louis, Victor Piché e Patrick Simon (2004), “Démographie et ethnicité: une relation ambigue”, em Graziella Caselli, Jacques Vallin e Guillaume Wunsch (orgs.), *Démographie: Analyse et Synthèse*, Paris, Institut National d’Etudes Démographiques, pp. 481-515.
- Rumbaut, Rubén G. (2004), “Ages, life stages, and generational cohorts: decomposing the immigrant first and second generations in the United States”, *International Migration Review*, 38 (3), pp. 1160-1205.
- Santelli, Emmanuelle (2001), *La Mobilité Sociale dans l’Immigration: Itinéraires de Réussite des Enfants d’Origine Algérienne*, Toulouse, Presses Universitaires du Mirail.
- Schnapper, Dominique (2007), *Qu’est-ce que L’intégration?*, Paris, Éditions Gallimard.

- Seabra, Teresa, e Sandra Mateus (2007), “Imigração e escolaridade”, em Maria das Dores, Anália Cardoso Torres e Luís Capucha (orgs.), *Quotidiano e Qualidade de Vida: Portugal no Contexto Europeu*, vol. III, Lisboa, Celta Editora, pp. 207-246.
- Seabra, Teresa, e Sandra Mateus (2010), “Trajectórias escolares, propriedades sociais e origens nacionais: descendentes de imigrantes no ensino básico português”, *Sociologia*, XX, pp. 411-424.
- Seabra, Teresa, e Sandra Mateus (2011), “School achievement, social profile and ethnicity: immigrants’ children at basic school in Portugal”, *Portuguese Journal of Social Science*, 10 (1), pp. 73-86.
- Seabra, Teresa, Sandra Mateus, Elisabete Rodrigues e Magda Nico (2010), “Alunos descendentes de imigrantes no final do ensino básico: orientações escolares e condicionalismos sociais”, em Renato Miguel do Carmo (org.), *Desigualdades Sociais 2010: Estudos e Indicadores*, Lisboa, Editora Mundos Sociais, pp. 165-172.
- Seabra, Teresa, Sandra Mateus, Elisabete Rodrigues e Magda Nico (2011), *Trajectos e Projectos de Jovens Descendentes de Imigrantes à Saída da Escolaridade Básica*, Lisboa, Alto-Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, IP.
- Simon, Patrick (2007), “Ethnic” Statistics and Data Protection in the Council of Europe Countries: *Study Report*, Estrasburgo, Conselho da Europa.
- Simon, Patrick (2011), “Collecting ethnic statistics in Europe: a review”, *Ethnic and Racial Studies*, 0 (0), pp. 1-26 (publicação antecipada).
- Thomas, William I., e Florian Znaniecki (1958, 1984), *The Polish Peasant in Europe and America*, Chicago, Illinois Press.
- UNECE (2006), *Conference of European Statisticians Recommendations for the 2010 Censuses of Population and Housing*, Genebra, United Nations.
- Vertovec, Steven (2007), “Super-diversity and its implications”, *Ethnic and Racial Studies*, 30 (6), pp. 1024-1054.
- Warner, William Loyd, e Leo Srole (1945), *The Social Systems of American Ethnic Groups*, New Haven, Conn, Yale University Press.
- Waters, Mary C. (1990), *Ethnic Options: Choosing Identities in America*, Berkeley, CA, University of California Press.
- Wimmer, Andreas (2004), “Does ethnicity matter? Social categories and personal networks in three Swiss immigrant neighborhoods”, *Ethnic and Racial Studies*, 27 (1), pp.1-36.
- Wimmer, Andreas (2008), “Elementary strategies of ethnic boundary making”, *Ethnic and Racial Studies*, 31 (6), pp. 1025-1055.
- Wimmer, Andreas (2009), “Herder’s heritage and the boundary-making approach. Studying ethnicity in immigrant societies”, *Sociological Theory*, 27 (3), pp. 244-270.